



**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO DEPUTADO DELMASSO – PODEMOS/DF**



REQUERIMENTO N.º RQ 3335 /2018

(Do Sr. Deputado DELMASSO)

L I D O
Em, 06/03/18

Secretaria Legislativa

**Requer à Comissão de Fiscalização,
Governança, Transparência e Controle –
CFGTC, o encaminhamento de solicitação
de informações à Gerência de
Fiscalização de Retomada de imóvel da
Companhia de Desenvolvimento
Habitacional do Distrito Federal sobre as
denúncias de irregularidades no
Programa Morar Bem.**

**Excelentíssimo Senhor Presidente da Comissão de Fiscalização,
Governança, Transparência e Controle – CFGTC da Câmara Legislativa do
Distrito Federal:**

Requeiro, com fulcro no art. 69-C, I, "o" e "p", e nos demais termos dos dispositivos do Regimento Interno desta Casa Legislativa, que seja solicitado a Gerência de Fiscalização de Retomada de Imóvel da Companhia de Desenvolvimento Habitacional do Distrito Federal sobre as denúncias de irregularidades no processo de entrega e ocupação das unidades habitacionais do Programa Morar Bem e quais medidas estão sendo adotadas para garantir a legítima distribuição das unidades habitacionais, inclusive como vem sendo operacionalizada e fiscalizada a entrega das unidades às pessoas com deficiência.

JUSTIFICAÇÃO

Setor Protocolo Legislativo

RR Nº 3335 / 2018

Folha Nº 01 mc

O presente requerimento tem por finalidade requerer informações acerca das medidas adotadas por esta Companhia de Desenvolvimento Habitacional do Distrito Federal-CODHAB/DF ao visio de coibir as irregularidades na operacionalização e fiscalização do processo de entrega e ocupação das unidades imobiliárias. 0

06/03/2018 14:17

Ac 70255



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO DEPUTADO DELMASSO – PODEMOS/DF



Tais informações se fazem necessárias ao bom andamento das funções de controlar e fiscalizar os atos do Poder Executivo, conforme inteligência conferida ao inciso XVI do art. 60 da Lei Orgânica do Distrito Federal, que atribui a esta Casa Legislativa o controle e a fiscalização das ações adotadas por esta Companhia no sentido de garantir que somente candidatos realmente habilitados recebam e permaneçam na posse das unidades do Programa Morar Bem.

Para isso se faz necessário saber se os atuais moradores preenchem os requisitos do programa e caso não os preencham que as unidades supostamente invadidas, alugadas ou cedidas sejam entregues aos legítimos candidatos.

Sobre a presente questão o canal de notícias G1 divulgou, em meados do mês de julho de 2016, que a Ouvidoria do governo do Distrito Federal recebeu, de janeiro a 29 de julho de 2016, o quantitativo de 282 denúncias informando a ocorrência de irregularidades na ocupação de imóveis de programas habitacionais. Num total, a Companhia investigou a situação de 516 ocupações naquele período. A apuração teve por finalidade verificar se o ocupante realmente é o contemplado pelo Programa, bem como avaliar a existência de imóveis trancados, cedidos ou invadidos.

Sabe-se que o Programa Morar Bem oferece oportunidade para quem deseja um imóvel próprio, o que certamente torna possível o sonho de grande parte da sociedade distrital no que se refere a aquisição da casa própria. Também é de conhecimento deste Parlamentar que a classificação dos interessados considera critérios tais como renda familiar, número de dependentes, tempo de residência no Distrito Federal e ainda, se há alguma deficiência física na família ou pessoa idosa, sendo a prioridade famílias que apresentarem renda de até R\$ 1.800,00 (hum mil e oitocentos reais).

E que outro requisito, a ser sopesado, é o tempo mínimo de residência no Distrito Federal de ao menos 5 anos, bem como não ser proprietário de outro imóvel próprio. E ainda, que constitui responsabilidade desta CODHAB a entrega e convocação dos sorteados e habilitados.

Setor Protocolo Legislativo
RQ Nº 3335 / 2018
Folha Nº 02 MC



**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO DEPUTADO DELMASSO – PODEMOS/DF**



É cediço que constitui objetivo prioritário do Distrito Federal atender as demandas da sociedade e promover o bem de todos, tal como declara o art.3º da Lei Orgânica Distrital e mais, que constitui função típica desta Casa de Leis a fiscalização contábil, financeira, orçamentária e patrimonial do Distrito federal, conforme estatui o art. 77 da LODF:

Art. 77. A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Distrito Federal e das entidades da administração direta, indireta e das fundações instituídas ou mantidas pelo Poder Público, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação de subvenções e renúncia de receitas, será exercida pela Câmara Legislativa, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno de cada Poder.

Parágrafo único. Deve prestar contas qualquer pessoa física ou jurídica pública ou privada que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiros, bens e valores públicos ou pelos quais o Distrito Federal responda, ou que, em nome deste, assuma obrigações de natureza pecuniária.

E também que o presente requerimento guarda harmonia com o que assevera a Carta Política do Distrito Federal em seu art.3º, quando apregoa que:

“Art. 3º São objetivos prioritários do Distrito Federal:

- I – garantir e promover os direitos humanos assegurados na Constituição Federal e na Declaração Universal dos Direitos Humanos;
- II – assegurar ao cidadão o exercício dos direitos de iniciativa que lhe couberem, relativos ao controle da legalidade e legitimidade dos atos do Poder Público e da eficácia dos serviços públicos;
- III – preservar os interesses gerais e coletivos;
- IV – promover o bem de todos; *

Setor Protocolo Legislativo

RR Nº 3335 / 2018

Folha Nº 03 mc



**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO DEPUTADO DELMASSO – PODEMOS/DF**

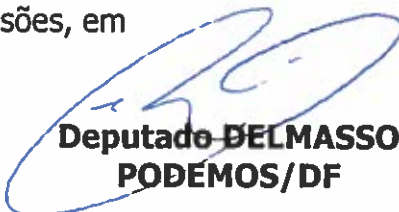


- V – proporcionar aos seus habitantes condições de vida compatíveis com a dignidade humana, a justiça social e o bem comum;
- VI – dar prioridade ao atendimento das demandas da sociedade nas áreas de educação, saúde, trabalho, transporte, segurança pública, moradia, saneamento básico, lazer e assistência social;

Deste modo, ante todo o aventado, solicito informações detalhadas quanto ao andamento das ações de fiscalização atualmente operacionalizadas por esta Companhia por meio da Gerência de Fiscalização de Retomada de imóvel ao visto de regularizar a legítima distribuição das unidades as pessoas verdadeiramente cadastradas e habilitadas no Programa Morar Bem, inclusive aquelas que além de reunirem todos os requisitos para participarem do Programa as pessoas com deficiência ou alguma necessidade especial.

Assim, rogo o auxílio dos nobres Parlamentares a fim de ser aprovada a presente Proposição.

Sala das Sessões, em


**Deputado DELMASSO
PODEMOS/DF**

Setor Protocolo Legislativo

RA Nº 3335 / 2018


Folha Nº 04 MC

Assunto: Distribuição do Requerimento nº 3.335/18.

Autoria: Deputado (a) Delmasso (PODEMOS)

Ao SPL para indexações, em seguida ao Gabinete da Mesa Diretora para as providências de que trata o Art. 40, I do Regimento Interno, observado o prazo disposto no § 2º do mesmo artigo.

Em 08/03/18



MARCELO FREDERICO M. BASTOS
Matrícula 13.821
Assessor Especial

Setor Protocolo Legislativo
RQ Nº 3335 / 2018
Folha Nº 05 MC